





FREGUESIA DE MOITA

Ata número um

MANDATO 2025-2029

Ao vigesimo setimo dia do mes de Outubro de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze noras, na sede da
Junta de Freguesia de Moita, reuniram os eleitos para o Executivo, com a presença do Presidente da
Junta de Freguesia, Sr. Franclim de Sousa Ventura, e os vogais, a Sra. Teresa Rita Barosa Monteiro e o
Sr. Pedro Miguel Martinho da Cunha, com a seguinte Ordem de Trabalhos
2- Substituto do Presidente da Junta de Freguesia.
3- Distribuição de funções ao Secretário e Tesoureiro.
4- Exercício de funções do Presidente da Junta de Freguesia.
5- Delegação de competências do Presidente da Junta de Freguesia.
6- Limite da delegação de competências de autorização de realização de despesas.
7- Designação de membros da Junta de Freguesia para movimentação das contas bancárias
8- Convocação das reuniões ordinárias da Junta de Freguesia.
9- Delegação de Competências para certificação de fotocópias.
10- Autorização para condução de viaturas
12- Cedência de autocarro
- Ponto um - No uso da competência que lhe confere a alínea b) do n.º 2 do artigo 18º da Lei n.º 75/2013
de 12 de Setembro, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia designou para o exercício das funções de
Secretário, a Sra. Teresa Rita Barosa Monteiro e para o exercício das funções de Tesoureiro, o Sr. Pedro
Miguel Martinho da Cunha.
- Ponto dois - No uso da competência que lhe confere a alínea b) do n.º 2 do artigo 18º da Lei n.º 75/2013
de 12 de Setembro, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia designou a Sra. Teresa Rita Barosa Monteiro
como sua substituta nas suas faltas e impedimentos e que por sua vez será substituída pelo Sr. Pedro
Miguel Martinho da Cunha.
- Ponto três - Nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado
pela Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, Franclim de Sousa Ventura, Presidente, decidiu efetuar a
seguinte distribuição de cargos, funções no Executivo da Junta de Freguesia de Moita:
Cargo: Presidente, Franclim de Sousa Ventura: Ação Social; Assuntos Jurídicos; Relações
Empresariais e Urbanismo, Obras e Ordenamento, Recursos Humanos; Desporto, Cultura, Juventude;
Associativismo e Comunicações; Arruamentos; Espaço público (parques infantis, equipamento urbano e
iluminação pública); Mobilidade, Trânsito, Transportes e Saúde
Cargo: Secretária, Teresa Rita Barosa Monteiro: Secretariado Geral (Executivo e Assembleia de
Freguesia), Elaboração das atas das reuniões da Junta Educação; Cemitério, Gestão financeira e Gestão
Patrimonial e Inventário.
Cargo: Tesoureiro, <i>Pedro Miguel Martinho da Cunha:</i> Segurança e Proteção Civil; Ambiente e Espaços
Verdes.,
- Ponto quatro - De acordo o n.º 2 do art.º 27º e alínea a) do n.º 1 do art.º 28º da Lei n.º 169/99 de 18 de

setembro, e nos termos da alínea a) e b) do n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, decidiu o Sr. Presidente da Junta de Freguesia exercer as suas funções em regime de meio tempo. ------- Ponto cinco - Foi proposto pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de acordo com o artigo 17.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Junta de Freguesia lhe delegue as competências previstas nas alíneas abaixo mencionadas da referida Lei: - Alíneas b), d), f), g), i), k), m), s), t), u), w), x), y), z), aa), bb), cc), dd), ee), ff), gg), hh), ii), ji), kk), ll), mm), nn), pp), gq), rr), uu), vv), ww), do n.º 1 do artigo 16.º. - Alíneas b), c), e) do artigo 19.º. A proposta depois de apreciada e discutida, a mesma foi aprovada por unanimidade. -- Ponto seis - Por proposta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia e ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º e com o n.º 2 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que o órgão executivo delibere: No âmbito das despesas com pessoal - Autorizar as despesas com remunerações, suplementos e outros encargos com o pessoal previstos no orçamento. No âmbito da Contratação Pública - Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, e empreitadas de obras públicas, até ao limite máximo de 4.999,99 euros (quatro mil novecentos e noventa e nove euros e noventa e nove cêntimos), acrescido de IVA OU Já com IVA incluído, ao abrigo dos n.ºs 1 e n.º 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual. A proposta depois de apreciada e discutida, a mesma foi aprovada por unanimidade. ------- Ponto sete - Considerando a necessidade de garantir as condições para o adequado funcionamento da Junta de Freguesia. Considerando que a alínea b) do art.º 19.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, define que compete à Junta de Freguesia gerir os serviços da freguesia, e que a alínea ii) do n.º 1 do art.º 17.º dessa mesma lei, atribui a competência de administrar o património da freguesia, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia propôs que se delibere sobre quem pode movimentar as contas bancárias, sempre com duas assinaturas. Os membros designados para movimentar as contas bancárias são o Presidente e Secretária e o Tesoureiro, sendo que todos os movimentos bancários obrigam a duas assinaturas, do Presidente e do Tesoureiro, sendo sempre obrigatória a do Tesoureiro. Na ausência do Presidente, será a Secretária a formalizar a assinatura. A proposta depois de analisada e discutida, foi aprovada por unanimidade. ------- Ponto oito - Considerando o disposto nos artigos 20.º, 21.º e 49.º da lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia propôs que se delibere que a Junta de Freguesia reúna, ordinariamente, duas vezes por mês, na primeira quarta feira de cada mês, pelas 18H00 horas, em reunião privada e na terceira quarta feira de cada mês, pelas 18H00 horas, em reunião pública. A proposta depois de analisada e discutida, foi aprovada por unanimidade. ------- Ponto nove - Considerando que nos termos do Decreto-Lei n.º 20/2000, de 13 de março para esse efeito é oposta ou inscrita no documento fotocopiado a declaração de conformidade com o original, o local e data da realização do ato, o nome e assinatura do autor da certificação, bem como o carimbo profissional ou qualquer outra marca identificativa da entidade que procede à certificação; Considerando que nos termos do CPA, pode a Junta de Freguesia proceder à delegação de competências. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia propôs que se delibere que a Junta de Freguesia aprove que têm delegação para proceder à certificação e extração de fotocópias para efeitos do Decreto-Lei n.º 28/2000, de 13 de março, o(a)s seguintes trabalhadoras desta Junta de Freguesia: Teresa Rita Barosa Monteiro e Carla Daniela Pereira

Francisco. A proposta depois de analisada e discutida, foi aprovada por unanimidade.

- Ponto dez - No uso das competências que foram delegadas pela Junta de Freguesia ao Presidente da Junta de Freguesia, através da proposta n.º 01 - (2021/2025), aprovada por unanimidade na reunião de executivo, realizada a 27.10.2025, determino para todos os efeitos legais o seguinte: Ficam autorizados a conduzir as viaturas ligeiras de passageiros da Junta de Freguesia de Moita, todos os Membros do Executivo, o Presidente da Assembleia de Freguesia e os trabalhadores devidamente habilitados, a seguir mencionados: Carla Daniela Pereira Francisco, José António Correia Cardoso, Silvino Francisco e outros funcionários habilitados (mediante autorização prévia e pontual do Sr. Presidente). A proposta depois de analisada e discutida, foi aprovada por unanimidade.

- Ponto doze - O Sr. Presidente da Junta de Freguesia propôs que a Junta de Freguesia lhe delegue a competência da cedência da viatura de nove lugares. Esta cedência implica sempre o cumprimento do respetivo Regulamento em vigor. A proposta depois de analisada e discutida, foi aprovada por unanimidade.

- A presente ata foi aprovada em minuta, por unanimidade. -----

- Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelas dezasseis horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos presentes. -------

O Presidente

Franclim de Sousa Ventura

A Secretária

Teresa Rita Barosa Monteiro

O Tesoureiro

Pedro Miguel Martinho da Cunha